

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO  
1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso**

**Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009**

**‘INTER-DIRE’: MARCAS DO SUJEITO FAL(T)ANTE EM REPRESENTAÇÕES DE  
LÍNGUAS <sup>1</sup>**

Angela Derlise Stübe Netto

[adnetto@upf.br](mailto:adnetto@upf.br)

Doutora em Linguística Aplicada

Universidade de Passo Fundo/RS (UPF)

**Introdução**

Este estudo parte de uma concepção de língua marcada pelo equívoco e constitutivamente heterogênea, em que se articulam e imbricam os aspectos estruturais, subjetivos e sociais. A língua é pensada, então, em sua materialidade, ou seja, como um espaço de relações de força e de sentidos que refletem confrontos de natureza ideológica e não como instrumento de comunicação de sentidos fixos e estabelecidos. Exemplos dessas relações, percebemos nas discursividades sobre língua que circulam nas práticas pedagógicas de professores e de alunos na região norte do RS.

Com base em teorias do discurso e na psicanálise, esta pesquisa tem como objetivo analisar representações de língua(s) que emergem em narrativas de professores e de alunos em escolas públicas na região de atuação da Universidade de Passo Fundo para, então, discutir consequências ao ensino. Na coleta do *corpus*, trabalhamos com entrevistas (para os professores) e com questionário semi-estruturado (para os alunos), além de documentos sobre políticas linguísticas instituídas, que produzem efeitos no imaginário sobre línguas<sup>2</sup>.

Pelas análises dos *corpora*, percebemos que o gesto de silenciar, apagar ou subsumir determinadas representações inscreve-se na ordem cultural. As representações sobre língua(s), nessa

---

<sup>1</sup> Este texto une reflexões de nossa tese de doutoramento, defendida em julho de 2008, sob orientação da prof<sup>a</sup>, Dr. Maria José Rodrigues Coracini, e estudos efetuados no projeto “Políticas linguísticas e identidade cultural: representações de língua na região de abrangência da UPF”, ainda em fase inicial. Agradeço a colaboração de Marisete Tramontina Beltrame e Roselei Fistarol, alunas do Curso de Letras/UPF e que trabalham voluntariamente no desenvolvimento do referido projeto, sob minha orientação.

<sup>2</sup> Neste texto, devido a sua curta extensão, trouxemos apenas exemplos de narrativas de professores.

direção, trazem implicado o Real: o impossível de se dizer, o não simbolizável. Essas são regidas pelo interdito: proibir e, ao mesmo tempo, *entre-dizer*.

### **Aporte teórico**

O referencial teórico em que se apóia esta pesquisa situa-se numa perspectiva discursiva que dialoga com alguns conceitos psicanalíticos, o que permite problematizarmos a prática discursiva do enunciador, sempre cindido e em constante movimento. Destacamos que, na interface dessas disciplinas, buscamos um ‘artesanato singular’ que possibilite (a)bordar<sup>3</sup> os principais conceitos que se tocam em suas aproximações e em suas tensões, no que tange às noções de sujeito e de língua.

Os deslocamentos provocados pelas teorias e pós-estruturalistas permitem debruçarmo-nos sobre a condição contingente do sujeito, concebendo-o como heterogêneo, dividido, cindido, clivado, ocupando diferentes posições no discurso, sempre-já marcado pela falta. A crítica feita ao sujeito logocêntrico é definitiva e irreversível. Ele passa a ser concebido como sócio-historicamente constituído, deixando resvalar, pela linguagem, a heterogeneidade fundadora, que é escamoteada através da inscrição em um arquivo que confere ao dizer do enunciador a ilusão de homogeneidade. Seu enunciado, portanto, não lhe pertence, mas é instaurado por um arquivo histórico e uma memória inconsciente.

Já em relação à noção de língua, cabe destacar que, a lingüística, sustentada pelo estruturalismo, posicionou-se diante das outras ciências como ‘ciência piloto’, cujo método de descrição poderia ser abarcado pelas ciências e garantiria a ‘verdade’ ao descrever as estruturas. Entretanto, para ocupar esse lugar, teve um preço a pagar: o apagamento da relação linguagem e exterioridade, o que gerou uma imagem de homogeneidade no seu objeto de estudo - a língua. Com isso, vemos, nas teorias de base estruturalista, uma concepção de língua estável, transparente e descritível por meio de métodos pré-determinados, cuja tarefa básica do analista “consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado.” (PETERS, 2000, p.22). Tal postura levou o campo da lingüística à defesa da homogeneidade da língua, como modo de garantir essa cientificidade.

De acordo com Serrani-Infante (1997), um grande número de estudos em Linguística Aplicada, que aborda a questão da língua, sustenta-se em uma “concepção de sujeito intencional, indivíduo ‘dono’ de seu dizer” (*idem*, p.01). Tal sustentação, logicamente, traz implicações à concepção de língua adotada, em outras palavras, se o enunciador é dono de seu dizer, pressupõe-se uma língua transparente, unívoca e controlável, seguindo sistematicidades pré-estabelecidas. Essa ilusão sustentada pelo discurso científico leva a uma definição de língua como sistema fechado e unívoco:

---

<sup>3</sup> Criar bordas não significa criar linhas fixas; ao contrário, implica a porosidade e o movimento do entre, do contato, do hibridismo, do entrelaçamento.

As tendências logicistas, formalistas rejeitam o político na discussão sobre a língua. Entretanto, para nós, essa questão parece central, pois ‘tudo é político’ (ARENDDT, 2006). Apenas o reconhecimento da língua como heterogênea, em que se imbricam os aspectos estruturais, subjetivos e sociais, permite um deslocamento nas reflexões lingüísticas. Para isso, será necessário o contato com sua exterioridade, com outras áreas, sem, com isso, perder sua especificidade.

Para Pêcheux e Gadet (2004, p.63),

depois de Galileu, Darwin, Marx, Freud... o que aparece com Saussure é da ordem de uma ferida narcísica. Um saber aí se libera, o qual, sob o peso do que a ciência da linguagem acreditava saber, a obcecava sem que ela aceitasse reconhecê-lo: a língua é um sistema que não pode ser fechado.

A língua é marcada pelo equívoco e constitutivamente heterogênea. Os autores ampliam essa relação sistema/exterioridade, dentro/fora a partir da noção de equívoco. Conforme os citados autores, “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica), o ponto em que a língua atinge a história” (*idem*, p.64). Nessa perspectiva, postulam que o equívoco afeta a história, visto que os acontecimentos afetam a língua, instauram deslocamentos, deslizos, (re)significações na língua.

As perspectivas teóricas que sustentam nosso trabalho, instauram uma forma de pensamento que vai entender a “língua como sistema sintático, intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade, como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1988, p. 63). Com isso, não abandonamos a estrutura da língua, mas a ressignificamos através da concepção de funcionamento discursivo sujeito ao equívoco, à falta.

Na língua, os sentidos não são evidentes, nem transparentes. Trata-se da ordem discursiva da língua que se distingue da concepção sistêmica da língua; esta pressupõe a transparência de seus significados, não abrindo espaço para os jogos de sentido: a ambigüidade, a ambivalência, o duplo sentido, o equívoco. A língua é compreendida como a materialidade discursiva, lugar do equívoco e da ruptura, na qual podem emergir lapsos e atos falhos, manifestando o sujeito através de irrupções esporádicas no fio do discurso. Além disso, é na língua, pelo seu funcionamento, que podemos apreender traços das fantasias ideológicas. Em vista disso, essa língua é compreendida como porosa e em movimento, podendo ser desconstruída pela análise de seu funcionamento.

### **Representações de língua: gestos de interpretação**

Partimos do pressuposto de que as representações sustentadas nos discursos dos enunciadorees são construídas sobre um arquivo, que consigna a possibilidade de dizer. Nos discursos sobre a língua, os enunciadorees assumem determinadas posições enunciativas que revelam representações da sua própria posição social. Vejamos um exemplo:

*(RDI) todo final de ano eu ia para Curitiba, então lá eu ficava 40, 60 dias então foi uma experiência bem legal, só que eles riam que nem fosse os meus “r” eu falava “caro”, “caroça”, “tera” e eu, é do jeito que o povo daqui fala mesmo e a gente usa bastante o tu vai, trocando o verbo e o pronome, então isso eu tive que ir me criticando sozinha e mudando. (...) teve uma menina que estudou comigo praticamente a vida inteira ela era de Porto Alegre, então, no começo*

*ela ria da minha cara mas dizia: não, mas não é assim que se fala, é assim que se fala, aí ela me corrigia e foi com ela que eu aprendi a me auto-corrigir. Então hoje, eu me considero assim que eu não “falu” um português assim perfeito, um português padrão, mas que falo bem melhor do que eu falava.*

Os discursos da ciência e da política se cruzam e instauram uma discursividade, uma ordem do discurso, da qual o enunciador se vale: *eu tive que ir me criticando sozinha e mudando*. Para ter seu discurso reconhecido, o que também confere ‘valor’ ao enunciador, ele se inscreve em uma ordem do discurso tida como verdade: *não “falu” um português assim perfeito, um português padrão, mas que falo bem melhor do que eu falava*.

A interdição, para Foucault (1996), é um procedimento de exclusão de discursos que instaura um processo de disciplinarização dos/para os enunciadores, tal como indicia o enunciador, ao afirmar “*que eles riam*” de seu modo de falar. No jogo da interdição, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (*idem*, p.09). O gesto de silenciar, apagar ou subsumir discursos e enunciadores inscreve-se na ordem cultural, a partir de proibições e da injunção à lei, constitutiva da organização subjetiva e sócio-cultural.

O discurso científico pressupõe a homogeneidade, a estabilidade e a coerência para a representação de língua portuguesa. Ao (re)lermos as entrevistas com os professores, algumas regularidades que marcam uma visão de língua calcada em uma concepção estruturalista e normativa emergiram no dizer dos enunciadores, ao responderem a questão “O que você entende por língua”, das quais citamos algumas sequências discursivas recortadas do *corpus* e ilustrativas desse imaginário:

*(RD2) Toda forma, tipo de transmitir uma mensagem.*

*(RD3) Forma de comunicação, processo de comunicação organizado.*

*(RD4) Processo de comunicação organizado para transmitir informações.*

*(RD5) Exercício de poder*

Ao fechar a concepção de língua à discussão sobre forma, processo de comunicação, transmissão de comunicação (RD2, 3, 4), o espaço para a emergência da subjetividade mostra-se apagados, interditados e possibilita a busca por controle sobre o dizer, evidenciada também em RD1. No que tange à nossa pesquisa, consideramos que, ao instaurar-se uma representação de língua como ideal, outros sentidos são silenciados, possibilidades de o professor se dizer são apagadas.

Pela leitura dessas situações discursivas, percebemos que, apesar da injunção política com vistas a uma concepção de língua homogênea, traços das línguas alóctones emergem nas enunciações (sonoros, lexicais, efeitos de sentido...), irrompem na cadeia enunciativa e possibilitam problematizar a constituição do sujeito, tomando-o como sujeito da linguagem: “*meus “r” eu falava “caro”, “caroça”, “tera” e eu, é do jeito que o povo daqui fala mesmo e a gente usa bastante o tu vai, trocando o verbo e o pronome. (RD1)*”. O enunciador não tem o controle sobre a produção de sentidos: ele mobiliza um repetível – da ordem de um arquivo - e o reatualiza em seu discurso, ressignificando-o. Ao intervir no repetível, instaura o diferente: a produção de outros sentidos, de

outras leituras, de outras interpretações, que marcam a heterogeneidade constitutiva do sujeito e da língua, visto que a língua é, também, um “*exercício de poder*” (RD5).

Daí podermos inferir que a interdição constitutiva e estruturante de determinadas representações sobre língua(s) para si e por si, carrega a relação com o outro e com o Outro. Entendemos que interditar é um ato político e pode se marcar de diferentes maneiras: por injunções sócio-políticas (política de silenciamento, tal como constituição de uma língua ideal), ou pelo interdito fundador da linguagem, já que nem tudo pode ser dito, nem simbolizado. Ao falar, algo sempre se apaga e se silencia. Falar é, então, ‘*inter-dire*’, significante que indicia o movimento de *inter-ditar* e *entre-dizer*, sempre da ordem da alteridade.

### **Considerações Finais**

Tendo em vista os recortes acima descritos, podemos afirmar que está em jogo, na narrativa dos professores, um funcionamento que se situa *entre* a normatização, a busca ilusória de uma língua ideal e uma narrativa de si/sobre si e sobre *sua* língua.

Nos relatos, como analistas de discurso, percebemos que as representações não aparecem necessariamente de forma explícita, e sim no modo de o professor situar-se, de posicionar-se. Nas narrativas dos professores, é recorrente a imagem de que ao professor de língua portuguesa cabe conhecer e entender toda a estrutura gramatical da língua, ou seja, ele deve ‘dominar’ essa língua. Tal imagem sobre a língua é tida como um ideal a ser alcançado, tanto que, nos seus relatos, alguns professores justificam ter optado por um curso de graduação em letras para alcançar tal ideal. Isso gera consequências para a formação e para a relação do professor com essa língua ideal. Instaura-se uma ilusão de completude que o lança em uma busca incansável e inatingível, gozo sempre postergado, porque é da ordem do impossível.

O preço a pagar para ser fal(t)ante<sup>4</sup> – o que implica também falta-a-ser – é instaurar-se como posição em relação ao desejo do Outro. Contudo, o sujeito fal(t)ante não é fixado, determinado, cristalizado, mas movente. Em um processo de reconfiguração, de deslocamento na subjetivação, ele pode “tornar seu algo que antes era estranho” (Fink, 1998, p.11). As narrativas dos professores nos permitiram vislumbrar questões pertinentes à Lingüística Aplicada, sobretudo no que diz respeito ao ensino-aprendizagem de línguas como espaço de dissensões, contradições e heterogeneidades.

### **Referências Bibliográficas**

- ARENDDT, H. *O que é política?* Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2006.  
CORACINI, M.J. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilingüismo e tradução.* Campinas, SP : Mercado de Letras, 2007.  
PÊCHEUX, M. e GADET, F. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística.* Campinas : Pontes, 2004.

---

<sup>4</sup> Referimos, nesse jogo de significantes, à impossibilidade da linguagem recobrir o Real, algo sempre escapa, falha, falta; por isso, ao falar, a falta se instaura.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas : UNICAMP, 1988.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. Autêntica : Belo Horizonte, 2000.

SERRANI-INFANTE, S. “Diversidade e alteridade na enunciação em línguas próximas”. IN: *Letras*. Alteridade e heterogeneidade. n14, jan./jun, Santa Maria : UFSM/CAL, 1997, p. 01-20.